

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## A REFORMA ADMINISTRATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO E A POLÍTICA EDUCACIONAL DO GOVERNO ROSEANA SARNEY

Fabício dos Santos Ferreira<sup>1</sup>  
Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos<sup>2</sup>

### RESUMO

O texto aborda as transformações ocorridas na educação brasileira e maranhense com a influência dos organismos internacionais na formulação das políticas públicas educacionais a partir dos anos 1990. Identifica a reforma administrativa ocorrida no Brasil e no Maranhão como os principais instrumentos para a inserção da lógica gerencialista e privatista no contexto da educação nacional e, em particular, do Maranhão, com destaque às estratégias adotadas no governo Roseana Sarney, as quais aprofundaram a precarização da educação e a desresponsabilização do Estado, o que colaborou para a acentuação das desigualdades socioeducacionais. Argumenta que, com o advento do *Programa Viva Educação* no bojo da *Política Diretrizes e Estratégias para a Política Educacional do Estado*, subalternizou-se ainda mais o papel da escola e dos professores, bem como criou-se um vácuo de gestão, o quê, em nível local, contribuiu ainda mais para a pobreza e a desigualdade.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo; Reforma Administrativa; Políticas Públicas Educacionais no Maranhão

### ABSTRACT

The text addresses the transformations that took place in Brazilian and Maranhão education with the influence of international organizations in the formulation of public educational policies from the 1990s onwards. privatization in the context of national education and, in particular, in Maranhão, with emphasis on the strategies adopted in the Roseana Sarney government, which deepened the precariousness of education and the lack of responsibility of the State, which contributed to the accentuation of socio-educational inequalities. It argues that, with the advent of the *Viva Educação Program* within the framework of the *Policy Guidelines and Strategies for the State Educational Policy*, the role of the school and teachers was further subordinated, as well as a management vacuum created, what, at the local level, it contributed even more to poverty and inequality.

**Keywords:** Neoliberalism; Administrativ Reform; Public Educational Policies in Maranhão

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pará (UFPA), Mestre em Educação/UEMA, fasanfer@hotmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal do Pará (UFPA), Pós-Doutora/Universidade de Aveiro PRT, tefam@ufpa.com

#### PROMOÇÃO



#### APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado da pesquisa científica desenvolvida pelo autor no Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Maranhão, intitulada *“Políticas Públicas Educacionais para o Ensino Médio: uma análise das ações com foco no ENEM adotadas pela Secretaria de Educação do Estado do Maranhão de 1998 a 2019”*. A partir dela, objetivou-se refletir sobre as transformações históricas drásticas no último século: no pensar, no agir, no sentir, no fazer. O referencial teórico-metodológico empregado está centrado no materialismo histórico-dialético, pois a partir das condições materiais, dentro de uma certa historicidade, buscou analisar as contradições existentes no objeto estudado e por meio de mediações, compreender em uma perspectiva da totalidade suas implicações para a educação maranhense.

Neste contexto, o fenômeno da Globalização (IANNI, 2010) – que tem sua origem remontando o século XV – representou o principal pilar de reorganização dessas novas relações multilaterais, impondo de maneira severa uma “nova ordem”, nem sempre democrática, mas quase sempre impositiva. A “geo-ordem” forjou de maneira mais clara quais nações estariam à frente do “jogo político de interesses”, bem como as quais caberia apenas a coadjuvância de sempre, dirigidas por sofisticados mecanismos de dominação, dentre os quais, a educação.

O advento das chamadas relações globalizadas edificou o terreno fértil sob o qual se estruturaria o Neoliberalismo, sistema econômico, político e de repercussões culturais que vige na maior parte do planeta, não sendo diferente no Brasil (IANNI, 2010). Os parâmetros adotados para a implementação da reforma em nível nacional e de caráter neoliberal que, no dizer de Pereira (1997), teve como referencial a busca pelo aumento da eficiência e da efetividade dos órgãos públicos, uma administração pautada pela descentralização das ações de gestão, no controle gerencial e na terceirização das atividades de apoio, nada mais era que a expressão de uma racionalidade das decisões, do incremento das burocracias, especialmente direcionadas para os cidadãos, em um movimento de desobrigação pelo Estado.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

A lógica dessa reforma em plano global orientou, de certa forma, as reformas em nível regional, aqui, com especial relevo, para o estado do Maranhão. A estruturação da reforma maranhense manteve as bases do gerencialismo, entretanto, em sede regional, houve a construção e a inserção de uma base ideológica pautada na ideia-conceito de “novo”, ou seja, de que a reforma implementada trazia novidades para a gestão pública estadual.

Esse panorama, para além de revelar em parte o cenário em que se encontrava a educação no Estado, denota para além do instante, o futuro, uma vez que os sujeitos traduzidos por trás desses números possuem vidas reais, o que significa que o grau de comprometimento de suas formações escolares em suas vidas vai se traduzir, *a posteriori*, em uma realidade, quase que como ato contínuo, de desemprego/subemprego, pobreza, marginalidade social. Neste sentido, sem uma educação comprometida com a qualidade, mas sim os ditames do capital, tampouco a transformação social que retire o Estado da miséria e da pobreza será alcançada.

## 2 A REFORMA ADMINISTRATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO: A REFORMA DA REFORMA

A Reforma Administrativa do Estado maranhense estava impregnada pelos preceitos e diretrizes determinados em escala global pelo Banco Mundial e demais organismos internacionais de orientação neoliberal, centrados na mundialização do capital e que necessitava da inserção ampla dos trabalhadores para a consecução desse propósito. No dizer de Marx (1983), era imperioso a edificação de um *exército industrial de reserva*<sup>3</sup>, o qual, para cumprir os anseios da política neoliberal,

<sup>3</sup> Exército Industrial de Reserva é um conceito elaborado por Marx na obra Crítica da Economia Política, o qual demonstra que o desemprego estrutural das economias capitalistas, promove um necessário quantitativo de trabalhadores supérfluos, ou seja, uma mão-de-obra que excede as necessidades dos meios de produção e que, portanto, fica mais sujeita à própria precarização de salários e de condições de trabalho.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

precisariam estar minimamente *treinados* e “*educados*”<sup>4</sup>, a fim de performarem melhor quando estivessem integrados à engrenagem do capital.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população do Maranhão no ano 2000 era da ordem de 5.657.552 habitantes. O estado possuía como Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* o valor de R\$ 2.636, 93, o que posicionava o estado como a 16ª economia do país, contribuindo com apenas 1,3% de todo o PIB nacional. A economia local tinha nos setores de serviços (63,5%), agropecuário (18,6%) e industrial (17,9%) suas maiores potencialidades. (IBGE, 2003).

Como se pode notar, o Maranhão, ainda no século XXI, tem sua economia baseada basicamente no extrativismo, no setor de prestação de serviços e na agropecuária os pilares de sua sustentação econômica. Em alguma medida, esses dados apontavam para as feições sobre as quais o governo Roseana Sarney se encontrava estruturado, seja como herança da oligarquia que representava, seja fruto das ações de sua própria gestão. Neste diapasão, Silva (2001, p. 160) considera que:

A ‘oligarquia Sarney’ apresentou os seus sucessivos governos como voltados fundamentalmente para a administração, de tal forma que, além de viabilizar as condições de reprodução do capital, ainda mascarou o projeto político de dominação de classe.

Não obstante os indicadores sociais impusessem uma realidade dura e que era do conhecimento da maioria da população maranhense, os aparelhos de Estado eram organizados de modo a fomentar a aparência de um Maranhão rico, próspero e desenvolvido- ou em franco desenvolvimento – o que em muito era conseguido de duas formas: ou por meio de um sistema educacional frágil que inviabilizava uma visão mais crítica da realidade, ou pelos meios de comunicação que, no Maranhão, tinha a família da governadora Roseana Sarney o controle acionário da maior empresa de comunicação do estado.

<sup>4</sup> Os conceitos de treinado e educado aqui seguem a lógica do fazer, do executar. Em verdade, não havia nenhum interesse em efetivamente educar o trabalhador, politizá-lo, uma vez que isso o dotaria de consciência e abriria risco a questionamentos da ordem posta.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

É neste sentido que aponta Silva (2001, p. 151), ao preconizar que não se pode considerar o “local” como uma oposição ao “global” ou ao “nacional”, uma vez que os interesses do capital se distribuem, embora de modo diferenciado entre essas esferas. Sob o slogan “Um Novo Tempo”, o governo local seguiu as mesmas diretrizes em nível nacional e global, o que conferiu à governadora Roseana Sarney, inclusive, projeção política em todo o Brasil após elogios públicos feitos pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso a seu projeto de Reforma Administrativa, que embora viesse embalado como “novidade”, era em verdade uma extensão do gerencialismo.

As características que seriam implementadas pela Reforma Administrativa representavam um esvaziamento na promoção de políticas públicas para o enfrentamento das mazelas sociais do Estado, embora o discurso pela racionalização se justificasse por essa razão. No plano educacional não foi diferente, a educação pública passou a ter suas políticas e sua prática orientadas pelas noções de eficiência e eficácia típicas do *accountability*, o que reorganizaria não apenas a formulação dessas políticas, mas daria protagonismo para um modelo pedagógico que desvirtuava a escola e a educação de seu verdadeiro papel.

Dessa forma, as bases que estruturam a chamada Qualidade Total estavam consolidadas e aptas a serem implementadas na rotina das escolas maranhenses. O documento que simboliza esse “divisor de águas” na elaboração e implementação das políticas educacionais no Maranhão é Diretrizes e Estratégias para a Política do Estado do Maranhão (1999-2002), que acabou sintetizando esse conjunto de princípios gerenciais de natureza Neoliberal que passaram a pautar a educação básica no estado.

A presença desses valores e norteamientos também pode ser verificada em dispositivos da Lei 7356/1997, a chamada lei da Reforma Administrativa do estado maranhense – a qual prenunciava como um de seus objetivos o “saneamento das finanças públicas” e a “modernização dos sistemas administrativos”. Ainda a referida lei dispunha que

O resultado das ações empreendidas pelo Poder Executivo deve propiciar a melhoria das condições sociais e econômicas da população nos seus

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

diferentes segmentos e a perfeita integração do Estado ao esforço de desenvolvimento nacional. (MARANHÃO, 1998, p. 7).

Neste diapasão, a lei 7356/97 foi utilizada como fundamento para implantação do racionalismo no emprego dos recursos públicos, no enxugamento da máquina, no achatamento de salários, na redução de investimentos em políticas sociais estruturantes, ampliando a desestatização, a privatização e a desresponsabilização do estado frente a sociedade. A principal “inovação” metodológica para alicerçar esses objetivos foi o processo de agencificação, o qual se materializou pela criação das chamadas Gerências Regionais em 1998, uma espécie equivalente às agências em nível nacional<sup>5</sup>.

Todo esse aspecto de modernização da Administração Pública, segundo Barros (2009), em verdade culminaria em uma moderna dominação, e por outro lado, revela elementos que intensificam os aspectos sociais como consequência de sua implementação, tanto no planejamento estratégico quanto nas leis orçamentárias, bem como na gestão, como ferramentas para transformar os indicadores de desenvolvimento social e educacional do Maranhão.

Assim, o discurso oficial da governadora Roseana Sarney, já alinhava os verdadeiros objetivos contidos na reforma administrativa com as justificativas para o novo modelo educacional de inspiração neoliberal que estava sendo articulado e implementado no estado, pois, segunda a governadora:

A realidade maranhense exigia a definição de uma política educacional explícita para o Estado, que tenha como foco central a escola, e, nessa, o processo ensino-aprendizagem, para onde deverão convergir, inequivocamente, todos os esforços e recursos. (MARANHÃO, 1999, p. 1).

<sup>5</sup> O modelo de agências foi trazido para o Brasil pela gestão do governo de Fernando Henrique Cardoso, como uma espécie de inovação administrativa, encampada pela ideia de ampliação da eficiência administrativa. Neste mesmo sentido, a Emenda Constitucional n° 19/98 conduziu o princípio da eficiência ao *status* de princípio expresso, o que acabaria por virar um símbolo daquela gestão. Não obstante o discurso alvissareiro, cumpre destacar que este modelo de agencificação, trazido dos Estados Unidos, já encontrava seu prestígio em declínio por lá, uma vez que não havia apresentado os resultados esperados.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Por meio de seu maior referencial, o documento Diretrizes e Estratégias para a Política do Estado do Maranhão, de 1999, era apresentado à sociedade maranhense uma espécie de painel, mas de certo modo distorcido e conveniente, do contexto educacional maranhense. O documento também continha uma análise pormenorizada das condicionantes da política internacional, em uma abordagem global, mas também em suas interrelações com os chamados Estados Nacionais. Traçava também um diagnóstico da realidade brasileira sem, contudo, promover um enfretamento mais crítico sobre as questões suscitadas.

### 3. A POLÍTICA EDUCACIONAL DO ESTADO MARANHENSE NO GOVERNO ROSEANA SARNEY: “UM NOVO VELHO TEMPO”

O advento da lei nº 7356/1998 – Lei da Reforma Administrativa do Estado do Maranhão – reorganizou a estrutura de poder do Governo do Maranhão, esculpindo no cenário local os valores definidos pelo Neoliberalismo em escala internacional e, *a posteriori*, nacional, desde a crise do capitalismo dos anos 1970. Balizada por uma forte centralização administrativa, a gestão da governadora Roseana Sarney adota o modelo de agencificação, no qual gerências regionais assumiriam a competência por formular, implementar, executar e avaliar as políticas públicas no estado, a exemplo das políticas de educação.

Na esteira dessa nova realidade reformista foi que a Gerência de Desenvolvimento Humano (GDH) formulou e divulgou em 1999 o documento “*Diretrizes e Estratégias para a Política Educacional do Estado*”, a qual estava estruturada em três seções. A primeira delas trazia um amplo estudo e análise a partir de um levantamento de dados relativos ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, um verdadeiro diagnóstico da realidade educacional daquele segmento no estado, dados esses referentes aos anos de 1997 e 1998, portanto, no mesmo contexto de lançamento do Exame Nacional do Ensino Médio, no ano da Reforma Administrativa do Estado do Maranhão e um ano antes do lançamento da política ora em análise.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Ainda em clara aderência ao discurso Neoliberal, a análise contida no documento desresponsabilizava o Estado e atribuía a escola e profissionais da educação a “culpa” pelo fracasso escolar e pelos péssimos indicadores levantados. Em determinada passagem da política, resta risível a culpabilização dos docentes pela criação de uma cadeia de eventos que culminaria com o baixo aprendizado e com a realidade descrita, ao afirmar que:

Dentre as causas da situação em análise, encontra-se o exercício do magistério por grande número de professores sem a devida habilitação. Em atendimento às pressões populares por escola, durante um longo período histórico, nas zonas rurais, improvisaram-se escolas em residências e utilizou-se, generalizadamente, o leigo para o exercício docente, sem que este possuísse o requisito básico elementar expresso no domínio da leitura e da escrita. (MARANHÃO, 1999, p. 19).

O documento, em nenhum momento, produz uma reflexão acerca da responsabilidade do Estado diante deste cenário – por óbvio, haja vista que sua real intenção é exatamente a oposta – como se os professores, por puro desleixo, não cuidassem de suas próprias formações. O texto da política se restringe a reconhecer o problema e aponta como solução a necessidade de uma intervenção institucional para reverter este mau indicador. *In continuum*, afirma, inclusive, que as providências já estão em curso, sem, contudo, informar quais são elas.

No encaminhamento das soluções para o Ensino Médio, inclui-se o repensar em termos de sua urgente expansão e ainda o repensar das questões relacionadas com a formação geral e a preparação para o trabalho, implicadas nesse nível de ensino, já em processo na Gerência de Desenvolvimento Humano. (MARANHÃO, 1999, p. 33).

Falta clareza ao que é trazido como ação, uma vez que, supostamente presentes na política os encaminhamentos para o problema, não há uma determinação de qual ação se volta para este problema e para este segmento, o Ensino Médio. As ações elencadas são genéricas e contêm poucas informações e detalhamento acerca de como serão implementadas, quando, por quem e de que forma. As iniciativas trazidas foram:

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Aceleração de Estudos; Avanço Escolar; Biblioteca Escolar; Caixa Escolar; Colegiados Escolares; Central de Vagas; Farol da Educação; Gestão Escolar; Merenda Escolar; Gestão da Qualidade Total; Plano de Ação Integrada – Estado/Municípios; Pró-ciência; Programa do Livro Didático; Programa Nacional de Atenção Integral à Criança; Programa Escola Nova; Repasses Escolares; Revitalização do Magistério; SOS Legalização de Escolas; Novas Tecnologias e Vídeo Escola. (MARANHÃO, 1999, p. 16 - 17).

Em certa medida, esse “silêncio”, essa falta de precisão, antes de ser um acaso, podem ser compreendidos como verdadeiras intenções. Neste sentido, Monteiro (1982, p. 12) disciplina que uma política pública é “[...] um curso de ação (ou inação) conscientemente escolhido e orientado para um determinado fim”. Desta feita, ao embaralhar supostas respostas para o problema, provoca-se confusão e, com isso, falta de substrato para acompanhamento e cobrança acerca do proposto.

Cumprir ressaltar que a Gerência de Desenvolvimento Humano por meio de sua Política Educacional aponta como principal objetivo das Diretrizes e Estratégias para a Política Educacional do Estado:

[...] assegurar o cumprimento da função social da escola, promovendo a aprendizagem do saber ‘universal’ de forma sistematizada, esclarecendo-se que este saber se inscreve no contexto de propostas curriculares que indicam os conteúdos a serem ensinados/aprendidos, construídos e reconstruídos, tendo em vista o alcance de competências básicas e padrões comportamentais definidos. (MARANHÃO, 1999, p. 38).

Entretanto, dispõe a execução da política em sentido contrário, especialmente ao desconsiderar aspectos mais amplos que estruturam a educação e ao imprimir uma visão minimalista das providências que seriam capazes de enfrentar os desafios impostos pela realidade. Em sua análise na seção primeira, a narrativa trazida é quase casuística e acidental para explicar o contexto da educação local, ao afirmar como fundamento de sua existência “a herdada dívida social para com a população maranhense” (MARANHÃO, 1999, p. 21).

Curioso é observar que, analisada a política de forma semântica e contextual, observando-se as partes em relação ao todo, verdadeiras dicotomias e contradições emergem do que nele se encontra disposto. Em dado momento, afirma-se na política que:

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



O modelo de globalização econômica e social, que se delineia e tenta consolidar-se, já torna visível um inerente processo de exclusão social das camadas populares [...]. Sem que sejam necessários maiores esforços, pode-se comprovar, através da simples observação, a predominância da origem socioeconômica das crianças, vítimas do fracasso escolar. (MARANHÃO, 1999, p. 22).

Outro problema que é suscitado pela política diz respeito à inexistência de ações articuladas de apoio técnico junto às secretarias municipais de educação, a fim de construir ações que sejam coordenadas e que possuam uma linguagem coerente e ajustada aos parâmetros legais instituídos em nível nacional. Assim, dispõe que:

[...] determinadas iniciativas não têm se destinado diretamente à regularidade das ações pedagógicas da escola, ou seja, da sala de aula regular. Pela forma como se inserem nas escolas, mantêm-se como um apêndice, não raramente, até com pessoal específico e, em muitos casos, até com espaços físicos delimitados. (MARANHÃO, 1999, p. 25).

Ao constatar a ausência de planejamento e articulação das ações implementadas historicamente pela rede estadual e pelos municípios fica evidenciada a existência de várias redes dentro de uma só, bem como uma desorganização administrativa e pedagógica que explica bastante a falta de clareza quando do gerenciamento do sistema educacional maranhense. Como não poderia deixar de ser diferente, esse contexto justifica muito dos maus resultados educacionais.

A política elencou como suas duas principais diretrizes a *promoção da equidade* e o *fortalecimento das ações pedagógicas* a serem implementadas. Já as principais estratégias adotadas são: a oferta de assistência técnica de forma regular, o uso intensivo de tecnologias, promoção da educação a distância, a retomada das ações de planejamento, a reorganização hierárquica da Gerência Adjunta para Educação da Gerência de Desenvolvimento Humano, capacitação e formação continuada para docentes, bem como a instituição de parcerias da rede pública estadual com os municípios de modo a promover a integração e a articulação das ações (MARANHÃO, 1999).

Analisando-se a primeira das diretrizes, “*promoção da equidade*”, observa-se o caráter isolacionista com a qual foi disciplinada, uma vez que parece bastante

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

ilusório imaginar que seja capaz de promover equidade educacional sem que haja equidade social. Ações restritas ao campo educacional não podem, conforme já salientamos, desconsiderar os aspectos sociais. Sem que a distribuição de renda, melhoria das condições de vida, elevação dos indicadores sociais cresçam fica bastante etéreo crer que a equidade educacional possa ocorrer.

Ademais, quando observadas as ações implementadas a partir da política pelo governo do estado, observa-se que, na prática, pouco foi feito para a promoção da equidade. Mesmo após a implementação da política, o Maranhão, de acordo com o IBGE (2000), o Maranhão possuía mais de 60% de sua população entre os pobres, a segunda pior taxa de pobreza do Brasil. Neste sentido, a diretriz de promoção da equidade, embora muito boa e necessária, ficou mais no campo da narrativa política, pois pouco do cenário educacional e social maranhense foram modificados.

A segunda estratégia ancorada pela política diz respeito à assistência técnica e pedagógica que deveria ser viabilizada pela gestão ou, em outras palavras, a adoção de uma política de capacitação e formação continuada de professores. A ideia dessa estratégia estava voltada para a estruturação de uma linguagem curricular e um apoio permanente às unidades administrativas com o intuito de que a prática pedagógica saísse de uma dimensão intuitiva e assume uma versão científica, técnica e de rigor acadêmico.

Essa estratégia firma-se na crença de que uma maior organicidade e rigor acadêmico às ações que fossem desenvolvidas seriam capazes de representar uma referência para as ações adotadas, bem como a assistência permanente viabilizaria um intercâmbio de visões e pluralizaria o debate acerca dos desafios trazidos por cada realidade. Assim, tornar-se-ia mais produtivo planejar e adotar medidas para o enfrentamento dos péssimos indicadores.

A terceira estratégia trazida pela política consistia na adoção da educação a distância e a intensificação no uso de tecnologias, as quais serviriam como ferramentas para expandir o acesso ao ensino no Estado, algo que, conforme já suscitado nesta pesquisa, tratava-se de contumaz problema. Para sua efetivação, a

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

política afirmava que o Estado, ao cumprir esta estratégia, não deveria desconsiderar as experiências já existentes na sociedade e no meio educacional e que ela se daria “através de parcerias com órgãos da sociedade civil” (MARANHÃO, 1999, p. 55).

A principal ação derivada da terceira estratégia foi a pactuação de um convênio entre o Governo do Estado do Maranhão e a Fundação Roberto Marinho denominado “Projeto Viva Educação”, que nada mais era que um sistema de tele ensino veiculado pela rede Globo de Televisão e chamado, à época, de Telecurso 2000.

A partir do Projeto Viva Educação, em maio de 2001, por meio do convênio, o Governo do Estado do Maranhão aumentou em 51% a oferta de vagas anteriormente existente. O chamado Viva I, iniciado em fevereiro de 2001, alcançou os 217 municípios do estado, durou 15 meses, organizado em torno de 2500 tele salas para 150 mil alunos, segundo dados do próprio Governo do Estado do Maranhão.

Entre os diferenciais alegados pelo Projeto Viva Educação, destacamos:

Material didático elaborado por mais de 100 especialistas de diversas universidades brasileiras; Metodologia específica; Relação interativa professor x aluno; Formação continuada de professores em metodologias multimeios; O aluno como sujeito ativo do processo ensino-aprendizagem (MARANHÃO, 2000, p. 5).

Entretanto, a nosso ver, o maior problema deste convênio como principal ferramenta para cumprimento da estratégia 3 consistia no fato de reduzir a figura do professor a de um tutor, uma ingenuidade que se apoiava na crença de que os meios tecnológicos fossem capazes de promover as mediações de ensino-aprendizagem por si sós, conforme indica Santaella (1996), por possuírem uma limitação característica e por cumprirem funções específicas não pensadas originalmente para a educação.

As tele aulas eram pensadas, portanto, “no escuro”, pois estavam distantes das especificidades dos alunos maranhenses, uma vez que pensadas apenas a partir de situações práticas generalizantes. Além disso, outros problemas ficaram evidenciados, como insuficiência na infraestrutura das tele salas, problemas legais relacionados às matrículas de alunos de 15 a 17 anos, caracterização de uma política

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



de substituição do E. Médio regular pelo tele ensino, distanciamento das tele salas da realidade, indisciplina, desinteresse e desmotivação dos alunos.

Em suma, o Projeto Viva Educação foi mais uma das ferramentas com vistas a implementar o viés neoliberal e precarizador da educação já vistos em outras ações da política. Neste sentido, este convênio mantém forte similaridade com o preconizado pelo professor Ianni (2010, p. 17), quando afirma que:

O que singulariza a grande corporação da mídia é que ela realiza a metamorfose da mercadoria em ideologia, do mercado em democracia, do consumismo em cidadania, realiza limpidamente as principais implicações da Indústria Cultural, combinando a produção e a reprodução do capital; e operando decisivamente na formação de 'mentes' e 'corações', em escala global.

Frise-se, porém, que não se trata de abominação das mídias e tecnologias educacionais, uma vez que não deixamos de reconhecer sua importância para o processo educacional, mas tão somente ao modo como foi introduzida, intencionada e operacionalizada na realidade maranhense e, ao que se viu, acabou por precarizar ainda mais a já tão combatida educação local.

A quarta e última estratégia contida na política não é propriamente pedagógica, mas mantém relação direta com a reforma administrativa do estado que precedeu a formulação das Diretrizes e Estratégias para a Política Educacional do estado, qual seja: reordenar as funções na Gerência Adjunta para Educação (GAE), uma vez que a lei da reforma administrativa quando descreve as competências da Gerência de Desenvolvimento Humano dispõe como exigência um reordenamento interno.

## 4 CONCLUSÃO

O que se pode verificar após a análise da política Diretrizes e Estratégias para a Política Educacional do Estado é que, embora narrativamente anuncie “um Novo Tempo” e proponha inserir o Estado do Maranhão em uma rota de progresso e de desenvolvimento educacional e social, o que se observa nas entrelinhas a partir do que é disciplinado pelo documento é uma espécie de reforma da reforma, ou seja,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

esta política estava, em verdade, a serviço de organizar, no plano educacional, os ditames preconizados pela reforma administrativa do estado do Maranhão ocorrida em 1998.

Privatizações, a extinção de todas as secretarias e o estabelecimento de convênios com o setor privado foram a marca de uma política que pouco colaborou para o enfrentamento dos maus indicadores e que, no que tange ao Ensino Médio, em sentido contrário, agravou a realidade de baixo aprendizado de quando da execução do *Programa Viva Educação*, um verdadeiro fiasco, ratificado, inclusive, por sua brevíssima existência após protestos de todos os setores da sociedade.

Desse ponto de vista, a reforma administrativa do estado maranhense, bem como o modelo de Políticas Públicas Educacionais adotado pela educação maranhense no governo Roseana Sarney representou, em verdade, mais que um continuísmo ao atraso histórico da educação local, quando, a bem da verdade, ampliou as desigualdades e aprofundou ainda mais a crise socioeducacional que aprisiona o Maranhão a um estado de miséria e deseducação.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Valdeny. **Transformações do estado e a lei de responsabilidade fiscal: a experiência do Maranhão de 2000 a 2005.** Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, 121 f. São Luis: UFMA, 2009.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico do Brasil de 1991.** 1991. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25089-censo-1991-6.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 10 nov. 2022.

MARANHÃO. **Diretrizes e Estratégias para a política Educacional do Estado do Maranhão 1999-2002.** São Luís, 1999.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



MARANHÃO. Governo do Estado do. Lei n. 7.356, 29 de dezembro de 1998. Dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. São Luis, 1998.

MARANHÃO. Projeto Viva Educação. São Luís, 2000.

MARANHÃO. Portaria nº 814 de 2019. Programa Mais IDEB. São Luís, 1999.

MARANHÃO. Relatório estadual da educação maranhense, SEDUC/MA. São Luís, 2019.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, vol. 1, Livro Primeiro, 1983;

MONTEIRO, J. V. **Fundamentos da política pública**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1982

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília; Ministério da Administração Federal e reforma do estado, 1997. (Cadernos MARE da reforma do Estado; v. 1).

SANTAELLA, Lúcia. **Cultura das mídias**. 2. ed. São Paulo: [s.n.], 1996.

SILVA, Ilse G. Os anos 1990 e a “reforma” do Estado brasileiro. *In: Participação popular e reforma do Estado brasileiro nos anos de 1990 contradições e impasses*. 2888f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

PROMOÇÃO



APOIO

